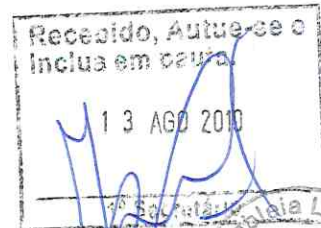




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 13 AGO 2019 Protocolo: 199/19 Processo: 199/19</div>	PROJETO DE LEI	Nº 196/19
	AUTOR: DEPUTADO LEBRÃO - MDB		
<p>Dá nova redação ao § 2º do artigo 1º da Lei nº 4.200, de 12 de dezembro de 2017.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:</p> <p>Art.1º O parágrafo § 2º do Art.1º da lei nº 4.200, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos na dívida Ativa, com créditos objetos de Precatórios Judicial, conforme Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Parágrafo “2º” *****</p> <p>Poderão ser compensados os débitos fiscais perante o Estado de Rondônia, de natureza tributária ou não, cujo o fator gerador poderá ser pago através de Precatórios.</p> <p>Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Plenário das Deliberações, 30 de julho de 2019.</p> <p>LEBRÃO Deputado Estadual- MDB Presidente da Comissão de Direitos Humanos</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTOR: DEPUTADO LEBRÃO - MDB		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Esta propositura ora apresentada, tem como óbice, promover a isonomia para os demais débitos, no que tange ao limite temporal do fator gerador, ou seja, dar oportunidade para realização de pagamentos de débitos estaduais em precatórios, <u>sem haver um marco temporal (data)</u>, na legislação vigente.</p> <p>Sendo assim, o contribuinte terá oportunidade de honrar seus compromissos fazendários, que estejam <u>inscritos na Dívida Ativa</u>, onde atualmente por força da legislação vigente. Recaem até 25 de março de 2015.</p> <p>Apesar da leve melhora no cenário econômico em nosso país, a crise socioeconômica dá sinais de resistência, tanto entre pessoas físicas e jurídicas, onde na maioria das vezes, impossibilita os pagamentos dos referidos tributos, com datas pré-fixadas em lei.</p> <p>Por todo o exposto, e no desejo de flexibilizar uma alternativa coerente ao contribuinte e que solicitamos o apoio e os votos dos nobres pares, para efetiva mudança legislativa.</p>			